

UM OLHAR DO ZELADOR: A SUBJETIVAÇÃO, A NORMATIZAÇÃO E A SITUAÇÃO DE FRACASSO ESCOLAR

A CARRER'S VIEW: SUBJECTIVATION, STANDARDIZATION AND THE SITUATION OF SCHOOL FAILURE

Yuri Diego de MEDEIROS¹

Roberto Marcos Gomes de ONÓFRIO²

Resumo: Nos últimos anos intensificaram-se as pesquisas no campo da educação, em especial no que diz respeito a situação de fracasso escolar. Partindo deste cenário a pesquisa buscou compreender e estabelecer relações dentro da perspectiva do zelador, entre instituição escolar, a situação de fracasso, os micropoderes e a relação com o saber; procurando apontar quais ações do zelador podem contribuir para a formação da subjetividade. O estudo pautará as hipóteses em dois autores base: Michel Foucault (1999) e Bernard Charlot (2000). Os resultados apontam para a figura do zelador e para o fenômeno da normalização na constituição das subjetividades dos sujeitos que frequentam a escola, além de evidenciar também algumas práticas deste profissional que podem auxiliar na superação das situações de fracasso.

Palavras-chave: Zelador Escolar. Normatização. Subjetivação.

INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, com a industrialização, a sociedade sofreu os reflexos de uma nova organização, em que capital e lucro passaram a ser supervalorizados, fazendo com que a lógica das relações se pautasse nas conexões do mercado. A partir desse cenário surge no seio social uma ideia muito forte de que o insucesso, ou sucesso, eram responsabilidades de conquistas individuais.

No início do século XX, o neoliberalismo toma força, em meio a níveis elevados de desemprego, por conta da própria industrialização e do avanço tecnológico, em que as máquinas passaram a fazer o trabalho que demandava muita mão de obra, o que acarretou em diversas demissões e em uma queda bruta nas vagas de emprego.

Dentro desse contexto os princípios neoliberais começam a se expandir com a privatização, flexibilização e internalização do mercado, tendo como objetivo

¹ Tecnólogo em Gestão Ambiental pela Faculdade Max Planck; pós-graduando lato sensu UFSCar. Atualmente é zelador da educação básica da Prefeitura Municipal de Hortolândia. E-mail: yuridiegomedeiros@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-8247-4415>.

² Doutorado pela UNICAMP; Pós-Doutorado em Educação (UFSCar); professor de Música e da Educação Básica da Prefeitura Municipal de Hortolândia. E-mail: robertootrebor@hotmail.com  <https://orcid.org/0000-0001-5414-7233>.

diminuir a responsabilidade do estado para com a sociedade. Por meio das práticas neoliberais a educação não mais é tida no campo social e político, mas sim, entra no campo do mercado e começa a funcionar do mesmo modo. Marrach (1996), vai elencar três objetivos principais que os princípios neoliberais estabeleceram em relação a educação.

Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...] 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (MARRACH, 1996, p. 46-48).

Houve então uma consolidação da educação de mercado, a escola privada passa a ser tratada como uma empresa, que precisa de rendimentos altos, de forma a visar basicamente a formação para o mercado de trabalho, para o bom desenvolvimento em exames, para a produtividade, para a competitividade.

A instituição escolar assumiu um novo papel social direcionando suas forças à formação de sujeitos aptos minimamente para exercerem funções técnicas.

Impactados por estas formulações, os sistemas de ensino tiveram que renovar as suas referências e orientações e assumir como função social prioritária a preparação de sujeitos aptos a desempenharem seu papel nesta nova configuração de sociedade (SHIROMA, et al, 2002, p.).

Na educação isso é refletido no ensino técnico e tradicional, no qual o estudo era direcionado à formação do trabalhador que precisava ao menos ler para operar as máquinas.

Nesse sentido, a engrenagem da escola é atravessada e marcada pela configuração social, mas também tem o papel de definir o sujeito, seja por meio das relações de poder entre professores e alunos, seja na forma pela qual concebe a aprendizagem e transmite o saber. (PRATA, 2003, p. 108,109)

A escola é considerada assim um dispositivo de poder, que pode atuar positiva ou negativamente sobre quem a frequenta, em especial sobre os alunos. Por isso, é tão importante a escolha teórica que define os métodos de ensino/aprendizagem. Essa influência partirá das relações interpessoais e também nas relações dos saberes.

Ao longo do artigo buscarei observar as práticas do zelador na escola e o movimento da construção de subjetividade através dos micropoderes, que aparecessem por meio da normalização e do disciplinamento dos corpos.

O município de Hortolândia em dezesseis de junho dois mil e quatorze, lança o concurso público edital nº 002/2014 que apresenta as funções encarregadas do agente de infraestrutura- zelador, o documento propõe:

Executar sob supervisão, os serviços relativos à zeladoria em próprios e instalações municipais e outros, provendo a limpeza, conservação e pequenos reparos do mesmo, vigiando o cumprimento do regulamento interno, para assegurar a ordem do prédio e o bem-estar dos seus ocupantes. Verificar instalações hidráulicas e elétricas, comunicando a necessidade de manutenção. Atender o usuário com presteza, por telefone ou pessoalmente, indagando suas pretensões, para informar ou procurar localizar a informação, conforme seu pedido, prestando orientações, encaminhando aos setores e pessoas devidas, controlando seu fluxo conforme instruções recebidas. Identificar os usuários e registrar as visitas e telefonemas para possibilitar o controle do fluxo de entrada e saída de usuários nas dependências. Controlar a movimentação de veículos e materiais, registrando sua passagem, auxiliar na guarda diurna e noturna das dependências de unidades. Prestar informações, registrar reclamações, preencher relatórios, codificando e cadastrando solicitações. Auxiliar o controle de entrada e saída dos servidores, responsabilizando-se pelos equipamentos de controle de frequência instalados em seu posto de trabalho. Executar rondas, diurna e noturna, nas dependências, verificar se os portões e outras vias de acesso estão fechados, atender telefonemas, recebendo e transmitindo recados; abrir e fechar prédios e repartições, responsabilizando-se por sua vigilância, bem como no mobiliário neles existentes. Zelar pela limpeza e conservação de ferramentas, equipamentos e do local de trabalho. Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente organizacional (HORTOLÂNDIA, 2014, p. 17)

O zelador na escola é aquele que se coloca entre comunidade externa e comunidade interna, é a figura que faz essa ligação entre quem quer adentrar a unidade educacional e as pessoas que já estão lá. Uma de suas principais funções é receber bem, com ênfase nos educandos.

Posso dizer assim que o zelador é portanto, a porta de entrada e por isso deve estar preparado para ser solícito, educado e saber o que acontece em toda a unidade escolar, podendo não apenas receber as pessoas, mas também dentro de uma hierarquia, as orientar, instruir, direcionar quem procura a escola.

Os estudos de Foucault (1999), contemplam as relações humanas como relações de poder, de modo a refletir que o sujeito é alguém produzido historicamente por meio dessas relações. Dessa forma, zelador e demais indivíduos se constituem sujeitos cotidianamente conforme estabelecem relações de poder.

Eu chamaria de subjetivação o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si (FOUCAULT, 2010, p. 262).

O processo de subjetivação não é fixo, nem imutável, ao contrário, se modifica a partir de um tempo e espaço, é motivado principalmente pelas relações de poderes que o cercam, relações estas que inclusive são igualmente mutáveis.

É nessa constante transformação dos poderes que num primeiro momento o professor assumiu a figura central no processo de ensino/aprendizagem, sendo ele aparentemente o detentor do conhecimento e o aluno uma mera página em branco, que nada sabe, que nada conhece, e está ali, na poderosa escola, para ouvir e acatar o que o mestre tem por certo.

Embora seja papel da escola garantir a permanência de seus alunos e otimizar o rendimento escolar, oferecendo uma educação de qualidade, emancipadora que vise a autonomia do sujeito histórico que a própria instituição ajuda a formar, é preciso direcionar ações que visem oportunizar um ambiente mais atrativo e eficaz em seu processo de ensino/aprendizagem, à medida que é formativo e tem de contribuir para a capacitação de um cidadão que venha a se tornar capaz de mudar a sua realidade através do conhecimento científico adquirido.

Para Charlot (2000), o fracasso escolar não existe, o que há é uma situação de fracasso, por assim dizer, ele não se constituiu como um fato eterno ou permanente. Na visão do autor, abrir o leque para a expressão “fracasso escolar” pode vir a desviar o nosso olhar enquanto sociedade que atribui o “insucesso” do aluno tanto à desigualdade social, como a outros fatores: ineficiência pedagógica, problemas familiares, etc.

Não é que estes fatores sejam nulos na observação da situação de fracasso escolar, mas a reflexão proposta é a de que independente da classe social, os indivíduos podem ser acometidos por esse momento de não aprendizagem, reprovações e evasões.

O analfabetismo, por exemplo, é uma grande situação de fracasso escolar no nosso país, que ao longo dos anos trouxe diversos planos, projetos, governamentais e não governamentais, a fim de diminuí-lo e/ou encerra-lo.

A meta 9 do Plano Nacional de Educação propõe:

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (BRASIL, Plano Nacional de Educação, 2014)

Fica claro que a situação de fracasso escolar atinge os cidadãos que por alguma razão (em sua maioria, social), não corresponderam às expectativas, ou não tiveram a oportunidade de contato com o conhecimento, como os cidadãos que não foram alfabetizados em idade própria, apontando uma consequência das relações de micropoderes e saberes.

Em outubro de 2019, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, junto com o Instituto Claro apresentaram um relatório com dados sobre reprovações e atrasos escolares nas escolas públicas brasileiras (municipais e estaduais), onde apontaram que mais de 3 milhões de estudantes reprovaram ou abandonaram a escola no ano de 2018. Neste mesmo ano, mais de 900 mil estudantes deixaram a escola.

Cabe lembrar que Foucault (1999) já mencionava os micropoderes nas instituições e como eles se desdobrariam nas relações de saberes, definindo a quem chega e a quem não chega os saberes.

O processo de ensino/aprendizagem jamais aconteceria se o professor realmente fosse o único detentor do saber, ainda que de forma abstrusa, o educando já exercia e sofria as ações dessas relações de poderes.

A escola apresenta técnicas e métodos, usa do disciplinamento pelo qual seus frequentadores são controlados por meio de seus corpos, numa dinâmica de ser obediente e útil, é por isso então, que se distribui os corpos; no caso desse dispositivo de poder (escola), por idade ou “nível” de conhecimento, sempre com o intuito de medir e qualificar.

A disciplina, que se tornou sinônimo de campo de saber – tanto na epistemologia quanto na estrutura curricular do saber escolar –, apresenta uma ambiguidade conceitual muito interessante: invoca em si tanto o campo de saber propriamente dito quanto um mecanismo político de controle, de um certo exercício do poder. Disciplinarizar é tanto organizar e classificar as ciências, quanto domesticar os corpos e as vontades (GALLO, 2004, p. 82)

Dentro deste panorama a pesquisa buscou analisar e relacionar a própria instituição escolar, a produção de subjetivação através da normalização e a situação de fracasso, de modo a correlacionar todos esses pontos, partindo do olhar da minha função de zelador na escola.

Assim o objetivo geral deste artigo é observar as práticas do zelador na instituição escolar, verificando o estabelecimento de micropoderes, inclusive na análise das situações de fracasso, além de relacioná-los as relações de saberes.

Já os objetivos específicos consistem em: 1- apontar como o zelador contribui para a construção das subjetividades, 2- verificar a relação entre os micropoderes e a normalização, 3- pontuar a situação de fracasso e as relações de saberes.

Para a realização desta pesquisa optei pelo método qualitativo, assim neste panorama a coleta de dados envolveu a observação das instituições escolares, um

espaço natural, além da observação e análise dos alunos, funcionários e possíveis comportamentos que se correlacionam.

Minhas impressões foram baseadas nas experiências concretas que já tive como zelador dentro de algumas unidades educacionais do interior do estado de São Paulo e os dados foram interpretados à luz de dois autores bases: Foucault (1999) e Charlot (2000).

As informações para o presente estudo foram buscadas, tendo como referencial bibliográfico livros e artigos a respeito da subjetivação, da normalização e da situação do fracasso escolar. De forma a nos apropriar do círculo hermenêutico, na então interpretação de como o processo de subjetivação está ligado ao zelador e a situação de fracasso e vice-versa.

Por isso o círculo hermenêutico é apropriado, para a interpretação dos fenômenos citados acima, tornando compreensível este movimento de ir e vir buscando entender o posicionamento dos autores para posteriormente formular novas hipóteses, mas sempre partindo de um pressuposto.

Considerando que compreender é adquirir um sentido, desta forma, nos preparamos para a seguir mobilizar todo o texto a fim de entender não apenas a parte, mas o todo, numa visão integrada, interdisciplinar e holística.

DESENVOLVIMENTO

1 AS RELAÇÕES DE SABERES

O objeto de estudo passa a ser as relações de saberes e a produção da subjetividade. Ao assumir que o fracasso escolar não existe, se desconstrói a ideia dele como algo imutável e fixo, adentrando por fim condições bastante possíveis de serem analisadas e vencidas.

Muitas vezes a situação de fracasso aparece dentro de um viés da diferença e da norma, em que há comparação dentro de uma hierarquia, por exemplo, os alunos que tiram nota cinco (5) no exame e os que alcançam o superestimado dez (10); faz-se diferença entre os estudantes, as instituições e o que elas ensinam.

Através da disciplina surge o poder da norma. O normal se estabelece, em vários campos, como princípio de coerção: no ensino, com a instauração de uma educação padronizada e a criação de escolas normais; no esforço para organizar um corpo médico e um quadro hospitalar da nação capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde e na regularização dos processos e dos produtos industriais, por exemplo. (PORTOCARRERO p. 175)

O normal pode se estabelecer como coerção, tornando-se um presente instrumento de poder, que usa do constrangimento para tornar supostamente o que é múltiplo, em igual. Por exemplo, ao classificar os alunos em notas boas e ruins, em

notas azuis e vermelhas, sendo a vermelha uma vergonha direcionada ao estudante e a sua família.

normar, normalizar é impor uma exigência a uma existência, a um dado, cuja variedade e disparidade se apresentam, em relação a exigência como um indeterminado hostil, mais ainda do que estranho (CANGUILHEM, 2002, P.211)

Na escola a normalização é apresentada nas exigências coletivas, bom comportamento, boas notas, silêncio enquanto o professor fala, mas também na luta, nas quebras de padrões, etc. No grupo, é ela quem direciona o que é moralmente aceitável e o que é inaceitável nas ordens sociais, constituída de um compilado de regras com as quais os indivíduos se preocupam; e também nas ordens vitais, que se configuram a partir de um conjunto de regras internalizadas.

A exemplo podemos observar como se constitui uma família com dois filhos com desempenhos escolares diferentes, como explicar essa situação, uma vez que os pais e, por conseguinte a situação social é a mesma?

Partindo desse ponto, verificamos que as crianças não são cópias idênticas de seus pais, mesmo que muitos deles reflitam nelas, há em cada um de nós o que é subjetivo e único (singular), portanto, não acredito que seja possível falar de igualdade enquanto fica claro que nós somos diferentes. Cabendo aqui não a luta pelo igual, mas pela justiça social, garantindo na escola ações que a promovam.

Charlot (2000) sugere uma análise coesa levando em consideração que embora o contexto familiar atinja em certa medida o comportamento do aluno na escola e na sociedade não podemos reduzi-lo a uma posição social, ou estereotipá-lo como bem-sucedido por ser rico, ou, malsucedido por ser pobre.

A origem social não é a causa do fracasso escolar, as posições sociais dos pais não definem as posições escolares dos filhos, quando as correlacionamos arriscamos deturpar a leitura e interpretação do fenômeno, embora seja sim importante levar este fator em consideração, não é ele quem define a situação final.

É preciso levar em conta que o sujeito histórico que nasce, cresce e se desenvolve dentro de um espaço e um tempo, sendo influenciado por ambos, mas também influenciando, constitui-se assim, a partir de singularidades, que o tornaram quem são.

Há uma relevante importância em verificar como esses sujeitos se assumem, se reconhecem e se aceitam, dentro de um determinado meio, ou seja, me reconheço, me aceito e me assumo como um mau ou bom aluno; uma vez que é o modo como agem, além de seus discursos que precisam ser considerados. O enfoque no caso é a prática concreta.

Devendo as particularidades destas práticas serem levadas em conta do ponto de vista da relação com o saber, considero que a situação de fracasso não corresponde

à mera reprodução, pois na multiplicidade não há como instituir-se apenas cópias. Hoje a responsabilização social também aparece como cultural.

Por isso é um erro tratar a diferença como deficiência sociocultural; quando se configura um aluno como deficiente sociocultural, dá a ele o estigma de inferior e/ou atrasado, pensando neles a partir de suas “faltas”, os não saberes, e não direcionando o olhar para o que eles já sabem.

É um equívoco, portanto, relacionar a situação de fracasso sempre a reprodução, sem ater-se na questão de como a família enxerga a escola, como estabelece relações com ela e o que espera dela. Justifica-se o bom desempenho dos alunos oriundos de classes baixas, a uma exceção, como se o conhecimento, para eles, nesse caso fosse um dom, ou, sorte.

No entanto, Charlot (2000) propõe que façamos uma leitura positiva da situação de fracasso, a não nos detenhemos as falhas dos sujeitos, verificando principalmente os seus acertos, conhecimentos e produções, porque sim, todos sabem algo, inclusive quem se encontra na situação de fracasso.

A visão otimista neste caso, busca analisar o que fez com que o aluno adentrasse essa esfera, além de apontar outros momentos nos quais se obteve ao contrário, o sucesso.

É preciso enxergar o aluno em construção contínua e não como um mero objeto incompleto, para que ele possa ir formando-se cidadão, capaz de interpretar a realidade que o envolve, porque de fato o ser humano é um ser inacabado, que se constrói continuamente desde antes de nascer. Buscando a concretização no mundo, por meio do aprender e do ensinar.

O nascer é inerente ao aprender e vice-versa para tornar-se homem, mas não qualquer homem e sim, um, singular que carrega suas particularidades, sendo um desafio aprender para viver em um mundo que não se construiu, porém que se pode modificar.

Apropriando-se desse ambiente e sentindo-se pertencente; tanto o nascer, como aprender implicam no estabelecimento de relações com o grupo, refletindo sobre esses processos de construção humana e social.

Nascer é penetrar nessa condição humana. Entrar em uma história, a história singular de um sujeito inscrita na história maior da espécie humana. Entrar em um conjunto de relações e interações com outros homens. Entrar em um mundo onde ocupa um lugar (inclusive, social) e onde será necessário exercer uma atividade. (CHARLOT, 2000, p. 53)

A criança e o jovem precisam se reconhecer como parte de uma família e de uma sociedade num dado momento, a aprendizagem por fim se dá nas trocas, diálogos e escutas, exigindo a mediação de um com o outro, destaque a figura não

apenas do professor, mas de todo pessoal da escola, educação é, portanto, subjetivação e socialização de um sujeito que é social, e a escola como facilitadora no quesito aprender deve favorecer e estimular essas relações.

Quando a criança não é amparada familiarmente é preciso que a escola intervenha e que também possa proporcionar um ambiente acolhedor, o zelador é um dos atores que pode atuar neste quesito de forma a contribuir para uma recepção afável, estimulando o aluno a querer entrar e permanecer na escola.

Já Carvalho (1997) traz ainda outra reflexão pertinente, ao salientar que devemos ampliar nosso olhar ao erro, uma vez que nem sempre o errar seria sinônimo de situação de fracasso. Errar não pode ser instantaneamente relacionado a não aprendizagem e a situação de fracasso, pois o erro também faz parte do processo de construção de conhecimento significativo.

Quando associamos erro e fracasso, como se fossem causa e consequência, por vezes nem se quer percebemos que, enquanto um termo – o erro – é um dado, algo objetivamente detectável, por vezes, até indiscutível, o outro - o fracasso – é fruto de uma interpretação desse dado, uma forma de o encararmos e não a consequência necessária do erro [...] a primeira coisa que devemos examinar é a própria noção de que erro é equivocadamente um indício de fracasso. A segunda questão intrigante é que, curiosamente, o fracasso é sempre o fracasso do aluno (CARVALHO, 1997).

Seria, portanto, função do professor não apenas mediar os momentos de aprendizagem, mas estar atento ao contexto do erro, observando se realmente houve uma falha na aprendizagem, ou se foi uma confusão de conteúdo.

O professor, a instituição escolar, pais e comunidade não podem estar motivados a apontar os erros, mas devem sim, instigar, facilitar, lutar por aprendizagens efetivas de qualidade.

O contexto escolar deveria ser o local por excelência das tentativas próprias de resolução de problemas, seguidas de um exame crítico por parte do professor. Se é verdade que eventualmente aprendemos de todos aqueles que nos rodeiam, é inegável que os professores e as escolas tem no ensino e na aprendizagem não uma meta eventual, mas a razão de ser o seu trabalho. Não existimos para decretar fracassos, mas para promover aprendizagens. E nessa tarefa os erros, frutos das tentativas de operar com novos conceitos e procedimentos, têm um papel fundamental, posto que a partir de seu exame crítico desenvolve-se o discernimento. (CARVALHO 1997, p. 20)

A educação não pode restringir-se ao apontamento do erro e de situações de fracasso, ao contrário cabe a ela detectá-los para pensar em soluções que façam o aluno retornar ao caminho da construção do saber.

1.1 A FIGURA DO ZELADOR NAS RELAÇÕES DE SABERES

Como um zelador pode atuar contra a situação de fracasso escolar? Precisamos olhar para o zelador não como alguém que dá aulas, mas como alguém que contribui para o funcionamento integral da escola.

Assim, o zelador é quem permite ao estudante entrar na escola, e dessa forma participa indireta ou até mesmo diretamente da formação de mundo da pessoa que frequenta a unidade escolar, contribuindo para que esse lugar de inteligência, sentido e prazer realmente possa ser efetivado.

Vejo a ação do processo de ensino/aprendizagem com a necessidade de conquistar os alunos, para que eles se mobilizem, atribuindo sentido às atividades. O mobilizar-se está intimamente ligado ao pôr em prática, mexer, motivar intrínseca e extrinsecamente, investindo nessa relação de mobilizar para aprender e aprender para mobilizar. Chegando ao móbil que se traduz nas ações para mobilizar-se.

O zelador pode contribuir nessa ação sendo ativo e enxergando os alunos como sujeitos, de modo a gerar vínculos, sendo receptivo, conversando e incentivando quando cabível, mobilizando-os a frequentar a escola.

Charlot (2000) não utiliza os termos “trabalho” e “prática”, ele opta por falar em “atividade” para ressaltar a mobilização além da motivação, fazendo com que determinada atividade pertença a determinado sujeito. Na mobilização haverá sempre o móbil, desejo que satisfaz e impulsiona o desenvolvimento da atividade, além de possuir também uma meta, ou seja, o que se quer alcançar com essa atividade.

A criança mobiliza-se, em uma atividade, quando investe nela, quando faz uso de si mesma como um recurso, quando é posta em movimento por móveis que remetem a um desejo, um sentido, um valor. A atividade possui, então, uma dinâmica interna. Não se deve esquecer, entretanto, que essa dinâmica supõe troca com o mundo, onde a criança encontra metas desejáveis, meios de ação e outros recursos que não ela mesma. (CHARLOT, 2000, p. 55)

Além da atividade, Charlot (2000) estabelece mais um ponto essencial: o sentido. Necessitando dizer algo aos estudantes, para que eles estabeleçam relações consigo mesmo, com o outro e com o mundo; o sentido é assim, o resultado pela busca, difundindo-se através do móbil e na meta. Charlot (2000, p. 57), diz: “não entendo nada”, isso quer dizer simplesmente que o enunciado ou o acontecimento não tem significado.

Essa inter-relação entre poder e saber permite que quando adquirido os sujeitos se sintam integrados em determinado grupo, inclusive sentindo-se aptos a comunicação com as demais pessoas do meio social, a internalização de alguns saberes também gera independência e autonomia.

[...] Não há sujeito de saber e não há saber senão em uma certa relação com o mundo, que vem a ser, ao mesmo tempo e por isso mesmo, uma relação com o saber. Essa relação com o mundo é também relação consigo mesmo e relação com os outros. Implica uma forma de atividade e, acrescentarei, uma relação com a linguagem e uma relação com o tempo. (CHARLOT, 2000, p. 63)

A relação entre sujeitos e saberes na escola faz com que os alunos adotem certos comportamentos tornando-se muitas vezes a unidade escolar objeto de classificação e seleção exprimidas especialmente pelos exames. Os estudantes tenderão a evitar más notas e a desenvolverem um comportamento de alunado tido por normal.

[...] O aluno aprenderá para evitar uma nota baixa ou uma surra, para passar de ano, para ter uma boa profissão mais tarde, para agradar o professor que considerem simpático, etc. Nesse caso a apropriação do saber é frágil, pois esse saber pouco apoio recebe do tipo de relação com o mundo (descontextualização, objetivação, argumentação...) que lhe dá um sentido específico; e adquire sentido em outro sistema de sentido. Nesse caso também, a apropriação do saber não é acompanhada pela instalação em uma forma específica de relação com o mundo e não surte quase nenhum efeito na formação, nem tampouco, de “transferência” (CHARLOT, 2000, P. 64)

A escola deve sim contribuir com a formação e produção de saberes que levam ao desenvolvimento pleno das potencialidades/habilidades de cada estudante, a apropriação desses saberes passa a ser apenas uma das figuras do aprender. Portanto, o que é aprender para um, pode não ser para o outro, inclusive na relação professor/aluno.

Proponho neste estudo um olhar direcionado aos profissionais com pouca visibilidade na escola, mas que são essenciais para o funcionamento integral da instituição, além de contribuírem na luta contra a situação de fracasso; como cozinheiras, estagiários (as), inspetores (as), dando ênfase na função do zelador, a qual desenvolvo há alguns anos.

A partir de uma live concedida pela UFSCAR (I Encontro do Curso de Pós Graduação UFSCAR), com o tema: “ Educação, Contemporaneidade e Relação com o saber” com os professores Dr. Bernard Charlot e Dr. Flávio Caetano da Silva, em 27 de novembro de 2020, tivemos a oportunidade de ouvir e conhecer mais o raciocínio de Bernard Charlot, no dia, o chat estava aberto para quem quisesse enviar algum questionamento, visto que algumas perguntas seriam selecionadas e respondidas.

A pergunta que fiz consistiu em: Qual o papel do zelador no combate as situações de fracasso escolar? O professor Dr. me levou a seguinte reflexão: se não houvesse zelador, ou se não existisse nenhuma outra pessoa que desenvolvesse a ação de abrir o portão para os alunos entrarem, o processo de ensino/aprendizagem seria nulo, antes de aprender é preciso adentrar a escola.

De forma que a pergunta a nos mover agora deve se basear na importância que cada indivíduo tem neste ambiente, verificando a razão, o fim último, resumido na ideia do para que serve. Por que o zelador é importante? Qual o seu papel e como seria a escola sem ele? São essas perguntas que precisam permear nossa reflexão.

São os zeladores que atendem a população que busca a instituição escolar, em especial alunos e pais, portanto, são eles que direcionam a entrada e saída dos estudantes, devendo sempre estar atentos às pessoas que a frequentam e também a qualquer movimento estranho, em prol de zelar pelo bem-estar principalmente dos alunos.

Vejo na função do zelador uma necessidade muito grande em agir com destreza e ser sempre solícito à comunidade escolar, é realmente uma profissão que requer cuidado e que cuida daqueles com quem lida.

Cabe ao zelador verificar os portões, observando sempre se estão bem trancados, evitando saídas indevidas de alunos, ou entrada de estranhos; além de ser responsável também por reparos corriqueiros, de hidráulica, elétrica, etc.

Sempre que permitido pelo professor, vejo a possibilidade de interagir com os estudantes, o que acaba gerando vínculos, é interessante mencionar que as crianças gostam muito da figura masculina na escola, pois não é um ambiente tão comum a homens, embora já haja um movimento de mudança nesse quesito, com mais educadores e professores. Noto então que as crianças se interessam e gostam da figura do zelador na escola, muitas vezes relacionando-o aos papéis de pai, tio, avô.

Mesmo que determinada escola não tenha um zelador, a instituição atribui suas funções a outros funcionários para que o andamento regular dela continue sendo efetivo.

É essencial, portanto, relacionar esse cenário com o saber, pois, o que importa de fato é superar a situação de fracasso, característica de uma avaliação que não corresponde ao que se era esperado, ou seja, o aluno não aprende o que e como se imagina que ele deve aprender.

Mas como é possível que alguém atinja algo que não se deixou claro, ou como é possível que os estudantes alcancem determinado comportamento se eles não sabem o que a comunidade escolar espera deles?

Ao invés de selecionar, classificar e por vezes reprovar, os resultados das avaliações deveriam rever os conteúdos, as estratégias, de forma a não usar a recuperação como ameaça, mas sim, como um momento de ajuda ao aluno, a fim de recuperar o que não foi atingido.

Claro, essa didática não corresponde a função do zelador, o que não implica que ele seja menos importante no processo de superação da situação de fracasso. A maneira como os estudantes são recebidos, muda o jeito como eles podem vir

a enxergar a escola. Assim podemos enxergar o zelador como a pessoa que faz a intermediação entre comunidade e escola.

O que tenho certeza é que um olhar sensível e acolhedor, gera resultados muito mais positivos do que um olhar de superioridade, reprova e repulsa. É preciso, portanto, pensar em toda estrutura escolar, desde a entrada dos alunos, aos momentos na classe, intervalo, etc.

Para Foucault (1999) o poder se estabelece na sociedade como micropoderes, constituindo-se numa rede, em que todo e qualquer indivíduo o exerce, mas também sofre com o exercício de sua prática por outrem, é importante mencionar que para ele este poder não assume a característica exclusiva de repressão. Verificamos isso na realidade do zelador e dos demais funcionários.

O que faz um poder ser aceito é o fato de ele ir além do *não*, de modo a atingir as pessoas, saberes e prazeres, induzindo a criação de discursos. O poder circunda o meio social, se estabelecendo em cadeia, sendo essas relações múltiplas que constituem o corpo social.

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. (FOUCAULT, 1999, p. 163)

Nessas relações de poder, Foucault (1999) afirma que a infância é um dos principais dispositivos de poder, assim a sociedade atua sobre seus corpos, para torná-los dóceis, produzindo sobre ela verdades e práticas que conduzem um modo de ser tomado por correto ou normal. Ao mesmo tempo que eles são disciplinados, moldados, controlados e vigiados, também são livres para se apropriar de uma identidade de sujeitos.

mais precisamente, eu diria isto, a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como nascimento, a morte, a produção, a doença etc. (FOUCAULT, 1999, p. 291)

Nesse sentido, a força operada sobre os corpos fica traduzida no conceito do biopoder; instala-se uma força sobre a vida com o intuito de administrar as populações, considerando as realidades biológicas; o corpo torna-se público e precisa render, tornar-se produtivo. Assim, existe a necessidade do Estado agir sobre a vida dos indivíduos no “cuidado” com a saúde da população e na sua medicalização.

Do mesmo modo na escola instalam-se os micropoderes e, como tal, o zelador também o exerce podendo barrar comunidade, alunos, funcionários, numa ação negativa, mas podendo também usar o seu poder de forma a influenciar positivamente os sujeitos ao seu redor sendo pontual, educado, carismático, etc.

A escola assume o papel disciplinar carregando em sua essência modelos similares aos dos quartéis com filas, sinais de entrada e saída, notas, classificação e afins; mas traz também a esperança de emancipação social, financeira, de liberdade e sucesso.

Quem a frequenta normalmente aceita suas imposições e limites, porque vê nela uma oportunidade de ascensão social e um ambiente capaz de desenvolver as habilidades dos indivíduos para que eles se tornem produtivos; nesse cenário o ensino tecnicista é supervalorizado.

Junto com o ato de disciplinar a escola carrega a normalização que consiste em pré-estabelecer comportamentos que configuram o indivíduo como normal ou anormal, com base no seu modo de agir. Pretende-se então homogeneizar as diferenças, mas esse processo gera exclusões sociais; assim, são formulados os discursos, as verdades capazes de transformar o anormal em normal.

Neste ponto o zelador ganha visibilidade: confirma se os alunos estão devidamente uniformizados e, caso eles não estejam, pode optar pelo protocolo da ocorrência escolar ou da não entrada na escola; também verifica os horários, as filas, etc.

A instituição escolar como dispositivo histórico contribui para a produção de subjetividade dos indivíduos que afirmam-se como sujeitos; a subjetividade vai mudando no tempo e no espaço pelas relações de poder que também se alteram.

Vejo que o modo como o zelador afeta os alunos e os demais sujeitos que frequentam a escola, contribuem para a formação de subjetividades com traços positivos e negativos, uma vez que somos tocados e afetamos quem convive conosco. O zelador, numa escala de hierarquia, passa a ser observado e visto como uma referência.

Se o saber promove metamorfoses no sujeito, a escola como local de formação assume papel fundamental para a promoção da justiça social. No entanto, podemos observar ambientes escolares que menosprezam os conhecimentos prévios dos alunos e, ao invés de combaterem, contribuem para a exclusão social presas em um modelo fechado e preconceituoso.

Enquanto muitos nem têm como chegar até uma sala de aula, outros tantos são expulsos dela, seja por intrincados processos de rejeição e exclusão. Seja pelo simples fato de não conseguirem sobreviver como alienígenas no interior de uma cultura que lhes é estranha. E, mesmo para aqueles que foram capturados pela escola, essa instituição e a Pedagogia não obtiveram e continuam não obtendo os resultados homogêneos que delas se esperavam; mesmo dentro da escola, são inúmeros os que parecem mais ou menos “imunes” à sua ação. (LOPES; NETO, 2004, p. 237,238)

O ato de ser imune a ação da escola deixa explícito que como espaço de formação e acolhimento a instituição é em sua grande parte falha, de modo a permitir e contribuir para o chamado insucesso do alunado. Seu objetivo seria promover a aprendizagem, porém, quando há seletividade dos que se pretende que aprenda e dos que não, a escola contribui não para a justiça social, mas sim, para a ampliação das desigualdades.

É interessante perceber o movimento que há para transformar o anormal em normal, de maneira que as medidas para o recuperar são praticamente inexistentes. Mas o que é o anormal na escola? A não aprendizagem, a indisciplina, o aluno como produtor de conhecimento.

A norma então terá um papel fundamental na construção do sujeito, porque ela direciona o seu comportamento por meio de regras e regimentos; ela é estabelecida com a ideia de sociedade sadia, passando a ser quase que uma prescrição médica. Que traduz em uma “receita” como os alunos devem se portar, sendo a normatização a aderência desses preceitos, e ainda mais, seu uso.

É dentro desse viés que ambas implicam no processo de subjetivação, sendo o sujeito resultado de todas as normas que aderiu e das que não aderiu. Dentro dessa perspectiva o zelador muitas vezes assume também o papel de fiscal, é ele quem muitas vezes vai observar se as normas estão sendo cumpridas, principalmente no que se refere aos alunos e as famílias destes, reproduzindo a vigilância.

É aí então que o regime de verdades e as relações com o saber que se estabelecem na escola passam a contribuir para a não aprendizagem dos estudantes, observamos que infelizmente a instituição escolar acaba sendo um instrumento para a ampliação das divisões e conseqüentemente das desigualdades.

A produção desta subjetividade vai impactar claramente nas relações que são estabelecidas de dentro da escola para além de seus muros, professor/aluno, aluno/professor, aluno/aluno, tanto na forma como acontece a aprendizagem, como na forma como o saber é transmitido, sempre ressaltando que espaço e tempo modificam essas redes de relacionamentos.

A subjetividade não implica uma posse, mas uma produção continua que se constrói a partir do encontro com o outro, neste caso o outro que é uma pessoa, uma coisa, um espaço, um tempo.

Em larga medida, somos atravessados por essa concepção que, por diferentes vias, colabora para que a nossa vida seja organizada de maneira bastante fixa, valendo-se de regras e valores instituídos que, ao ganharem uma configuração dominante, são legitimados como algo que deve assim permanecer (MANSANO, p. 2)

A constante produção de subjetividade e conseqüente subjetivação embora estejam mudando sempre, contribuem para a instituição do normal e recriam o anormal, porque esses processos atuam sobre o corpo do indivíduo e os orienta o que

fazer e o que não fazer. Assim a subjetividade dominante, passa a ter influência sobre as massas.

Essa difusão dos componentes de subjetividade/subjetivação se dão principalmente através das grandes instituições, no presente estudo a ênfase foi dada a escola, além das práticas e procedimentos predominantes (que aparecem quase que como uma lei), num dado espaço e tempo.

O lado de fora diz respeito à força: se a força está sempre em relação com outras forças, as forças remetem necessariamente a um lado de fora irreduzível, que não tem mais sequer forma, feito de distâncias indecomponíveis através das quais uma força age sobre a outra ou recebe a ação da outra. (DELEUZE, 1988, p. 93)

Ao estabelecer uma relação dialética com essas forças, o sujeito vai se constituindo, e então formando sua subjetividade, mas não se finaliza com alguém pronto, ao contrário, vai modificando-se a cada contato novo com essas forças que estão externas a ele, mas que entram em contato com seu corpo e passam a afetá-lo internamente.

Deleuze (1988, p. 92), ainda complementa ao fazer referência a Foucault dizendo: Salienta Foucault: “(. . .) força de imaginar, de recordar, de conceber, de querer”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa percebo que é preciso observar os sujeitos e suas ações, que constituem o cotidiano escolar, valorizando quem faz parte desta comunidade.

É apropriado levar em conta que a identidade do público escolar é construída no dia a dia, e é também mutável, o que irá conseqüentemente refletir na formação de identidade do zelador e dos demais funcionários e membros de toda a instituição escolar.

O poder atravessa todo corpo social, inclusive a escola, é importante salientar que ele não se constitui somente como um fenômeno repressivo, ao contrário, pode também assumir um caráter de resistência.

Dessa forma, o poder torna-se concreto, agindo sobre os corpos. Ao exercer a disciplina, por exemplo, o zelador atua sobre os corpos, o mesmo acontece quando a escola se utiliza de práticas punitivas, e na aceitação ou negação por parte dos alunos.

Assim, zelador, alunos e comunidade escolar no geral estão sempre aptos a exercer o poder e sofrer sua ação. Dito isto, é a partir das redes de poderes que o processo de subjetivação vai se constituindo.

A subjetivação é um processo que sofre influências do tempo, do espaço e dos indivíduos, é uma dimensão de si próprio, afetada pelo meio em que se vive e se desenvolve.

Se a escola é um dispositivo de poder que exerce uma força sobre os corpos de quem a frequenta, fica evidente que o zelador contribui para o processo de subjetivação individual e social, produzido historicamente por meio das relações de poderes.

Sua ação pode ser negativa, ao neutralizar os comportamentos, ou, positiva ao instigar a criticidade. Quando o zelador se utiliza da vigilância e da disciplina ele passa a organizar o espaço escolar através de uma classificação e repartição dos indivíduos, controlando gestos, ações e até o próprio tempo.

Essa vigilância é hierarquizada, pois uma vez que esse profissional a exerce sobre os alunos, a gestão também a exerce sobre ele (zelador). Todo esse processo culmina em um outro fenômeno: a normalização do que é considerado anormal; em prol de uma chamada “ordem social” que por sua vez estabelece um conjunto de regras com a qual os indivíduos têm de se preocupar. Toda relação do indivíduo com o mundo contribui para a sua constituição como sujeito, de modo a interpretar e organizar o seu meio a partir do que lhe é singular.

Por fim, vemos que a situação de fracasso escolar está atrelada ao exercer do poder negativo que usa de mecanismos como as notas baixas, castigos e a reprovação para condicionar os corpos.

Porém, a busca pela superação dessa situação de fracasso, na recuperação, por exemplo, está ligada ao poder positivo, que pode se fazer presente nas próprias ações do zelador, dos professores, da gestão, dos alunos, partindo do princípio de respeito e valorização do tempo de aprendizagem específico de cada um.

Somos sujeitos históricos e singulares, ao longo da nossa trajetória construímos identidades únicas, distintas e que não são fixas, afetadas por um espaço e por um tempo, elas sofrem uma constante ação de metamorfose através das nossas vivências e experiências, é por isso que os regimentos institucionais, inclusive os da escola, não criam nossa identidade como alunos, professores, gestores, funcionários, uma vez que a construímos diariamente.

O zelador assume na instituição a figura de alguém essencial para o desenvolvimento da rotina escolar, assim como os demais funcionários. É ele quem pode recepcionar os alunos num primeiro momento acolhedor e contribuir para a entrada e permanência desses estudantes na escola, fazendo como sua função propõe, zelando pelo bem-estar dos alunos, em prol de beneficiar toda comunidade. Daí a importância de uma gestão democrática dar voz a este ator que pode contribuir com suas observações diárias no processo de ensino/aprendizagem, uma vez que este se dá desde o momento que o estudante chega na escola.

O objeto principal sempre será o conhecimento, que na experiência da formação é refletido, formulado, organizado, sistematizado. Partindo dessa construção é necessário pensar a prática, sendo que a escola facilita apropriação, resistência, reflexão, troca.

Considero por fim que assim como todos os demais sujeitos da instituição escolar, o zelador participa e exerce um micro poder, que pode inclusive ser disciplinar, ou seja, contribui para a formação da subjetividade.

Esse disciplinamento segundo Foucault (1999), está relacionado a normalização do sujeito; nesse aspecto, as filas, os livros de ocorrência, o sinal, o enquadramento em tempos e lugares, as punições, são tecnologias de poder aplicadas em favor da produção do sujeito normal.

MEDEIROS, Y. D.; ONÓFRIO, R. M. G. A carrier's view: subjectivation, standardization and the situation of school failure. *Educação em Revista*, Marília, v. 22, n. 2, p. 151-170, 2021.

Abstract: In recent years, research in the field of education has intensified, especially with regard to the situation of school failure. Based on this scenario, the research sought to understand and establish relationships within the caretaker's perspective, between school institutions, the situation of failure, micropowers and the relationship with knowledge; trying to point out which actions of the caretaker can contribute to the formation of subjectivity. The research will base the hypotheses on two base authors: Michel Foucault (1999) and Bernard Charlot (2000). The results point to the figure of the caretaker and to the phenomenon of normalization in the constitution of the subjectivities of the subjects who attend school, in addition to showing also some practices of this professional that can help in overcoming situations of failure.

Keywords: School Janitor. Standardization. Subjectivation.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>>. Acesso em: 13 de dez de 2020.

BRASIL. *Planos subnacionais de Educação*. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 15 de set. de 2020.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 de nov. de 2020

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. As noções de erro e fracasso no contexto escolar: algumas considerações preliminares. In: AQUINO, Julio Groppa. *Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997, p. 11-24.

CHARLOT, Bernand. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HORTOLÂNDIA, Concurso Público *Edital nº 002/2014*. Disponível em: <http://www2.hortolandia.sp.gov.br/leiloes/item/4304-concurso-publico-02-2014/4304-concurso-publico-02-2014>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política; ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. V

GALLO, Silvio. Repensar a educação. *Educação & Realidade*, v. 29, n.1, Porto Alegre (RS), 2004, p. 79-97. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25420/14746>>. Acesso em: 20 de nov de 2020.

JESUS, Tatiane. A produção do fracasso escolar: apontamentos acerca do erro e resiliência no contexto educacional. SEMANA DA EDUCAÇÃO, 16., 2015, Londrina. *Anais...* Londrina, PR: UEL, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/ARTIGO/APRENDIZAGEM%20E%20DESENVOLVIMENTO%20HUMANO/A%20PRODUCAO%20DO%20FRACASSO%20ESCOLAR%20APONTAMENTOS%20ACERCA%20DO%20ERRO%20E%20RESILIENCIA%20NO%20CONTEXTO%20EDUCACIONAL.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

LOPES, Ediane; CAPRIO, Mariana. *As influências do modelo neoliberal na educação*. Disponível em: < https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/edi5_artigoedianelopes.pdf> . Acesso em: 20 de maio de 2021.

MANSANO, Sônia. Sujeito, subjetividade, e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, Assis, v. 8, n. 2, 2009. Disponível em:< <file:///C:/Users/Flavio/Desktop/subjetividade.pdf>> . Acesso em 20 de maio de 2021.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). *Infância, Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

PORTOCARRERO, Vera. *Instituição Escolar e Normalização em Foucault e Canguilhem. Educação & Realidade*. v. 29, n. 1, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25424>. Acesso em: 27 de out de 2020.

PRATA, Maria Regina, (2001). Foucault e os modos de subjetivação. *Cadernos do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos*, v. 1, nº 1, p. 37-40. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbeduln28/a09n28.pdf>>. Acesso em: 15 de dez de 2020.

RANCIÈRE, Jacques. A lição do ignorante. In: *O mestre ignorante: cinco lições sobre emancipação intelectual*. Tradução de Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. *Política educacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

VEIGA-NETO, Alfredo José da. *A ordem das disciplinas*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131158>>. Acesso em: 29 de set de 2020.

UFSCAR EAD. I Encontro do Curso de Pós-graduação. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=hs2MB6DwF5M>>. Acesso em: 27 de out de 2020.

Recebido em: 13/04/2021.

Aprovado em: 11/05/2021.